

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura
Período de Análise: 01 a 30 de Junho de 2007
Área Temática: PAA e SAN**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato
Junho de 2007.

Índice

MDA discute com secretários estaduais a produção de sementes no Nordeste – Sítio Eletrônico MDA – 01/06/2007	4
Incra/GO e Conab firmam parceria para compra da safra de agricultor familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 01/06/2007	6
Assentados terão 70% de rebate no pagamento de dívidas do Proceca – Sítio Eletrônico do MDA – 01/06/2007.....	7
MDS quer 100 Restaurantes Populares em funcionamento até 2008 – Sítio Eletrônico do MDS - 2007-06-01	8
Plenária discute biocombustíveis e faz balanço da atual gestão do Consea – Contag - 05/06/2007	9
Não há almoço grátis, nem barato - Ilan Goldfajn – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 05/06/2007	10
Não há almoço grátis, nem barato - ILAN GOLDFAJN – O Globo – Opinião – 05/06/2007	12
Brasil apresenta experiência de combate à pobreza em conferência da ONU na África do Sul – Sítio Eletrônico MDS – 06/06/2007	13
Em Porto Alegre, MST invade Conab para pedir cesta básica - Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 07/06/2007.....	14
Falta a Conab – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 07/06/2007	14
Biocombustível eleva custo dos alimentos, afirma FAO – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/06/2007	15
Gordura a ser banida – Folha de São Paulo – Opinião – 11/06/2007	16
"Independentes", arroz e feijão sobem no país - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 11/06/2007	16
Há limites para a "agroinflação" global - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios - 11/06/2007	17
Divulgados os valores de bônus para junho do Programa de Garantia de Preços – Sítio Eletrônico do MDA – 13/06/2007	20

Segunda Quinzena

Encontro debate ações em assistência técnica para a safra 2007/2008 – Sítio Eletrônico do MDA – 18/06/2007.....	23
Agricultores destacam papel social do PAA para famílias do Sul – Sítio Eletrônico do MDS – 18/06/2007	26
Ministro Patrus Ananias acerta parceria com União de Cooperativas da Agricultura Familiar – Sítio Eletrônico do MDS – 18/06/2007	27
Novo Plano de Safra terá R\$ 58 bilhões - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 21/06/2007	27
Wagner Rossi vai para Conab – Mauro Zanatta - Valor Econômico – Agronegócios - 22/06/2007	28
FORTALEZA SEDIA CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR – Sítio Eletrônico do MAPA – 26/06/2007	28
Presidente Lula destaca importância dos programas de compra de alimentos da agricultura familiar para o Semi-Árido - Sítio Eletrônico do MDS – 26/06/2007	29
MDS recebe propostas para projetos de Educação Alimentar em territórios de Consad – Sítio Eletrônico do MDS – 27/06/2007	31
Plano para a agricultura familiar terá mais crédito e juros menores - Mauro Zanatta 27/06/2007	31

MDA discute com secretários estaduais a produção de sementes no Nordeste – Site Eletrônico MDA – 01/06/2007

Os estados da região Nordeste têm até 8 de junho para encaminhar as demandas de sementes e as necessidades de reestruturação da capacidade própria de produção de sementes para a agricultura familiar. Essa foi uma das decisões da reunião ocorrida na última quarta-feira (30), em Brasília, para tratar das políticas públicas para a agricultura familiar no Nordeste do País e que reuniu secretários estaduais de Agricultura, delegados federais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e presidentes das empresas estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural.

O encontro foi promovido pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA), que já definiu um calendário de reuniões com os representantes da região. Em mês, será realizada uma nova reunião com as secretarias estaduais de Agricultura para dar continuidade à discussão sobre o Programa de Sementes no Nordeste.

A pauta do encontro tratou, ainda, do Programa de Produção e Uso do Biodiesel, o zoneamento agrícola, o Programa do Leite e a formação de agentes de desenvolvimento rural.

Na abertura da reunião, o secretário da SAF/MDA, Adoniram Peraci, destacou a importância do encontro como um “ajuste estratégico” para abrir uma relação de diálogo como o Nordeste. Ele ressaltou as políticas setoriais voltadas para o leite e o vinho, adiantando que as próximas ações irão visar as culturas do café e da mandioca. Além disso, Peraci reforçou o papel da assistência técnica como o “motor do processo”.

Disponibilização de tecnologias

O Programa de Sementes tem a finalidade de disponibilizar tecnologias aos agricultores familiares do Semi-árido nordestino, por meio de sementes de variedades testadas e recomendadas pela pesquisa e por meio da capacitação de técnicos extensionistas e agricultores.

Em uma experiência-piloto na safra 2004/2005, foram produzidos 5.163 quilos de sementes de milho em três unidades coletivas de multiplicação, em Minas Gerais. No ano seguinte, o projeto incluiu o estado de Pernambuco, totalizando 16.407 quilos de sementes.

Toda a produção foi processada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Na safra 2006/2007, o programa envolveu Sergipe, Pernambuco e Maranhão, totalizando 840 famílias na produção de seis mil quilos de sementes de milho caatingueiro e três mil quilos de semente de feijão caupi.

Programa do Leite

O Programa do Leite foi tratado pela representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Rachel Cossich. Até dezembro de

2005, o MDS já havia investido cerca de R\$ 313 milhões no programa. Em 2006, foram investidos R\$ 201 milhões e, para 2007, está prevista a liberação de 183 milhões – dos quais R\$ 128 milhões foram empenhados e R\$ 60 milhões já repassados para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Segundo dados do MDS, em 2005, cerca de 19 mil produtores foram beneficiados pelo programa. No ano seguinte, aproximadamente de 29 mil agricultores familiares. O PAA tem a finalidade de adquirir alimentos, oriundos da agricultura familiar, destinando-os à recomposição dos estoques estratégicos do Governo Federal e a famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Zoneamento agrícola

A reunião tratou ainda do tema Zoneamento Agrícola de Risco Climático, com a apresentação do coordenador-geral de Zoneamento Agropecuário, Francisco José Mitidieri. A previsão é de que em 2008 sejam incluídas novas culturas no zoneamento. São elas: dendê (Maranhão e Piauí) e girassol (Bahia).

Em 2009, deve haver a inclusão da cana-de-açúcar (Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe) e coco (Bahia, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe). Já em 2010, das culturas do abacaxi, amendoim, maracujá e consórcios.

Programa de Biodiesel

O tema do biodiesel foi apresentado aos secretários estaduais de Agricultura do Nordeste pelo coordenador do programa, Arnaldo de Campos. Segundo Campos, a região possui mais de 53 mil agricultores familiares com contratos já assinados para a produção da matéria-prima para o biodiesel – em um total de 156 mil hectares de área para plantio, gerando uma capacidade de produção de 55 milhões de litros.

Campos explicou, também, o Selo Combustível Social. Esse é um componente de identificação concedido pelo MDA aos produtores de biodiesel que promovam a inclusão social e o desenvolvimento regional por meio de geração de emprego e renda para os agricultores familiares enquadrados nos critérios do Pronaf.

O selo somente será concedido para os produtores de biodiesel que comprem matéria-prima da agricultura familiar em percentual mínimo de 50% na região Nordeste e Semi-árido; de 10% nas regiões Norte e Centro-Oeste; e de 30% nas regiões Sudeste e Sul.

Incra/GO e Conab firmam parceria para compra da safra de agricultor familiar –
Sítio Eletrônico do MDA – 01/06/2007

Iniciam na próxima terça-feira (5) as reuniões em Goiás para definir o plano de ação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). As atividades têm início em Caiapônia e terminam no dia 14 no município de Minaçu (veja a programação completa abaixo). As superintendências regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em Goiás comandam o trabalho.

O PAA é uma das ações do Programa Fome Zero, do Governo Federal, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, além de promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. As reuniões visam estabelecer critérios para o trabalho que será desenvolvido no estado.

Por intermédio do programa, são adquiridos alimentos com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 3,5 mil ao ano por agricultor que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A exceção ocorre na modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite, cujo limite é semestral.

Os alimentos adquiridos pelo programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas por programas sociais locais e demais cidadãos em situação de risco alimentar (como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens).

Cronograma das reuniões do PAA

Municípios	Dia	Local
Caiapônia	05/06	Auditório da Secretaria de Educação da Prefeitura de Caiapônia - Rua Pedro Salavar, s/nº, Setor Nova Caiapônia, Caiapônia - GO
Goiás	05/06	Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goiás - Rua B, lt. 08, qd. 12, Vila Ângelo, Goiás - GO
Mundo Novo	06/06	Salão Paroquial onde funciona o PETI, Mundo Novo - GO
Rio Verde	06/06	Auditório da Câmara Municipal de Rio Verde - Avenida Presidente Vargas, nº 3215, Vila Maria - Rio Verde - GO
Piracanjuba	12/06	Auditório Nilson Eloy Pimenta - na Avenida Antônio Batista Arantes, s/n, Setor Norte, ao lado do Colégio Estadual Léo Lince, Piracanjuba -GO
Porangatu	12/06	Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porangatu - Avenida Tiradentes, qd. 48, lote 02, nº 07, Centro, Porangatu - GO
Uruaçu	13/06	Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruaçu - Rua Pilar, qd. 41, lt. 14, Centro, Uruaçu - GO
Montividiu do Norte	13/06	Auditório do Chaparal - Rua 07, esquina com Rua 16, qd. 25, lt. 02, nº 166, Montividiu do Norte - GO
Ceres	14/06	Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ceres - Rua 29, nº 27, Centro/GO
Minaçu	14/06	Auditório do Centro Cultural de Minaçu - Rua 01, ao lado da Rodoviária, Centro, Minaçu/GO

Assentados terão 70% de rebate no pagamento de dívidas do Procera – Sítio Eletrônico do MDA – 01/06/2007

Assentados da reforma agrária com financiamentos de investimento e custeio do Programa Especial de Crédito na Reforma Agrária (Procera) renegociados em 2004 e 2007 devem quitar sua parcela anual até o dia 30 de junho. Os assentados que quitarem sua parcela dentro do prazo terão um rebate de 70% no pagamento.

Além do desconto, o pagamento em dia das parcelas da dívida renegociada abre portas para novos financiamentos rurais do Governo Federal, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

MDS quer 100 Restaurantes Populares em funcionamento até 2008 – Sítio Eletrônico do MDS - 2007-06-01

O 1º Encontro do Programa de Restaurantes Populares foi encerrado nesta quinta-feira (31/05) em Brasília, com a apresentação das experiências de gestão por todo o País. Hoje há 21 Restaurantes Populares em atividade e a meta é colocar 101 unidades em funcionamento até 2008. O encontro contou com cerca de 150 participantes e teve um resultado considerado "espetacular" por Fátima Cassanti, Coordenadora Geral de Promoção de Programas de Alimentação e Nutrição da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

De acordo com Fátima, esse primeiro encontro propiciou trocas de experiências entre unidades que estão em diferentes momentos na implantação dos Restaurantes. "As informações técnicas que são trocadas entre os gestores e os técnicos do próprio MDS ajudam a superar as dificuldades, naturais num projeto dessa magnitude". Ela aponta também a importância da presença de convidados especiais, como técnicos e professores universitários, que puderam ter uma visão diferente da simples atividade comercial. "Políticas públicas têm suas especificidades, como a necessidade de licitação e outras exigências legais".

Experiências criativas - No último dia do encontro, o destaque ficou para a apresentação das experiências de várias cidades, que, usando de muita criatividade, estão ampliando o uso dos Restaurantes para além da sua atividade original, transformando-os, por exemplo, em importantes espaços culturais. É o caso do Restaurante Popular Herbert de Souza - Betinho, de Teresina.

Rosângela Souza, Coordenadora de Segurança Alimentar e Erradicação da Fome do Piauí, explica que, além de servir 1.200 refeições diárias para um público em situação de insegurança alimentar e nutricional, o Restaurante Popular Betinho investe também em outras atividades como cursos, palestras e oficinas culturais. "Nós temos espaços para visitas técnicas para estudantes de Nutrição, campos para estágio, em colaboração com universidades públicas e privadas. Temos parcerias permanentes com instituições como a Secretaria da Saúde e a Embrapa. Tudo com muita criatividade e muitas oficinas, com temas como feijão Caupi, Abóboras e Saladas Tropicais", diz Rosângela, que não deixa de enfatizar a missão principal: manter a qualidade da alimentação servida no restaurante, fruto de convênio do MDS com o Governo do Piauí.

Já em Toledo, no Oeste do Paraná, o convênio é do Ministério com o próprio Município. A Coordenadora da Cozinha Social, Márcia Maria Menti, explica o funcionamento original do Restaurante Popular de Toledo. "Na verdade são três restaurantes e uma cozinha central, que servem mil refeições diárias a R\$ 1,50 cada". O público na região é de operários. Márcia diz que a cozinha central conta com uma panificadora, fornecedora da merenda escolar e que passará a oferecer também café da manhã para o público do Restaurante.

A experiência de Mauá, na Grande São Paulo, num convênio da Prefeitura com o MDS, tem na gestão do Restaurante toda terceirizada. Uma empresa privada administra a oferta de quase 1.600 refeições nos dias de semana e 830 aos sábados. Moisés Vicente Pereira, coordenador de Segurança Alimentar e Nutricional do Município, explica que somente as refeições servidas são pagas à empresa administradora do Restaurante da Vila São João. Pereira destaca que em menos de um ano muita coisa foi feita. "A construção começou em março de 2005 e já em abril de 2006 inauguramos um Restaurante que é

também um espaço de múltiplo uso, onde temos um calendário de cursos que nos ajuda a combater a fome e a desnutrição".

Informações para a imprensa

Kátia Marsicano

(61) 3433.1052

Plenária discute biocombustíveis e faz balanço da atual gestão do Consea – Contag - 05/06/2007

A Política Nacional de Biocombustíveis será avaliada pelos integrantes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), hoje (5), a partir das 10 horas. O objetivo é avaliar os impactos da geração de biocombustíveis no acesso e na produção de alimentos, em especial pela agricultura familiar. Para debater o assunto foram convidados o coordenador geral de Agregação de Valor e Renda da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Arnoldo Campos, e a assessora especial da Secretaria de Articulação e Monitoramento da Casa Civil Tereza Campello. Participam também o presidente do Consea, Chico Menezes, e o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias. No período da tarde, a secretária de Políticas Sociais da Contag, Alessandra Lunas, também participa da reunião.

Última plenária da atual composição do Consea, a reunião também visa avaliar os resultados desta gestão, iniciada em maio de 2004, sob a presidência de Chico Menezes. Os conselheiros farão um balanço dos avanços já conquistados e apontarão desafios para o próximo mandato.

Na plenária de hoje (5), última antes da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (de 3 a 6 de julho, em Fortaleza), será escolhida a comissão encarregada de garantir o cumprimento dos critérios a serem definidos no evento para a escolha dos novos conselheiros e do presidente. Também está previsto informe por parte dos representantes do governo federal no Consea sobre como seus órgãos estão encaminhando as propostas do Conselho sobre o Plano Plurianual (PPA) 2008-2011. As propostas do Consea sobre o PPA estão disponíveis na internet, no endereço:

Serviço

23ª Reunião Ordinária do CONSEA

Data: 5 de julho

Hora: Abertura às 9 horas

Local: Auditório do Anexo do Palácio do Planalto

Informações

Cecília Jorge

Assessora de Imprensa do CONSEA

(61) 3411-3279 / 3483

cecilia.jorge@planalto.gov.br

Não há almoço grátis, nem barato - Ilan Goldfajn – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 05/06/2007

“Não há almoço grátis” é a frase célebre de Milton Friedman, o famoso economista americano, Prêmio Nobel. Os economistas usam a frase para ressaltar que nada é de graça neste mundo, pelo menos não por muito tempo, nem mesmo uma refeição paga pelos outros. Há uma ironia no fato de os economistas acreditarem haver uma tendência de as refeições ficarem literalmente mais baratas, devido a uma suposta queda secular dos preços dos alimentos. Ou seja, não haveria refeições de graça, mas nos estaríamos aproximando cada vez mais disso. Nada mais falso no momento. O preço dos alimentos no mundo tem subido de forma significativa, elevando a inflação em vários países.

Os preços das commodities agrícolas (alimentos com preços determinados internacionalmente) têm subido significativamente. O preço do milho e o do trigo estão no nível recorde dos últimos dez anos e os do café e do cacau estão no recorde dos últimos oito e quatro anos, respectivamente. Leite e óleos também têm subido muito nos últimos meses.

Essa subida já se está refletindo nos índices de inflação no mundo. Este ano, nos EUA, a inflação de alimentos chegou a 6,7%, já corrigindo pela sazonalidade. Na Inglaterra, a mesma inflação chegou a 6% em abril. Nos países em desenvolvimento, como China e Índia, com uma população mais pobre e sensível a esses preços, a inflação de alimentos subiu mais ainda: 7% e 10% sobre o ano anterior, respectivamente. Na China, a subida dos preços de alimentos sempre foi vista com alerta, dada a necessidade de manter a estabilidade política, em face das radicais transformações econômicas nos últimos anos.

O assunto já atingiu o ponto de surgirem alertas a respeito. No mês passado, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou no seu relatório semestral um alerta para que os bancos centrais no mundo se mantenham especialmente vigilantes (leia-se: subam as taxas ou, pelo menos, não as baixem) para evitar que a inflação volte a subir.

A preocupação com a inflação de alimentos é uma mudança e tanto de paradigma. No passado se acreditava na tendência de queda dos preços das commodities agrícolas de tal forma que condenava os seus produtores à pobreza. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), das Nações Unidas, sob o comando de Raúl Prebisch, famoso economista argentino, recomendava aos países em desenvolvimento que diversificassem a sua pauta de exportações e/ou substituíssem as importações de bens industrializados por produtos nacionais, para ficarem menos vulneráveis a essa tendência secular de queda das commodities agrícolas.

A influência da Cepal passou, mas o viés antiprodução de commodities ficou. Isso torna mais interessante o momento atual. O que pode estar ocasionando a subida recente dos preços? É uma tendência?

Há dois fenômenos relevantes que podem explicar esse movimento e que requerem atenção. Primeiro, a incorporação de uma população de milhões de pessoas à economia

global na China e na Índia, agora dedicada à produção de bens industriais e serviços, que demanda cada vez mais alimentos com alta proteína, na medida em que a renda aumenta. Esse fenômeno explicaria por que os preços dos bens industriais tendem a cair, enquanto os dos alimentos, a subir. Uma mudança de preço relativo relevante e permanente. O segundo fenômeno é a crescente conscientização mundial da necessidade de mudar a matriz energética. Essa mudança energética pressiona os preços dos alimentos. A produção de etanol, por exemplo, está pressionando o preço do milho (e seus derivados), encarecendo os alimentos no mundo todo. Mesmo a produção de alternativas mais eficientes, como o etanol da cana-de-açúcar, dificilmente virá de graça, na medida em que deslocar a produção de outras safras.

A questão mais geral é que os benefícios desses fenômenos são claros, mas os seus custos não foram completamente entendidos. No caso da China, o benefício, inclusive, pode já ter sido antecipado. A produção chinesa tem barateado o preço de vários bens industriais, pressionado para baixo a inflação, permitindo que os juros ficassem baixos nestes anos do longo ciclo atual de prosperidade. Pode ter chegado o momento de pagar a conta. Na medida em que os chineses demandem mais alimentos de alta proteína, o seu custo aumenta, pressionando a inflação e os juros para cima.

A elevação de juros é a forma tradicional em que as economias entram numa nova fase do ciclo, com menos crescimento, interrompendo o atual período de prosperidade. Há receios de que este seja o caso atual. De fato, os bancos centrais no mundo têm aumentado os juros (Banco Central Europeu, Banco da Inglaterra, Banco Central da China, etc.), com a notável exceção dos EUA, cuja inflação tem recentemente caído (apesar da alta da inflação de alimentos), provavelmente devido à desaceleração industrial e do setor imobiliário.

A economia americana está mostrando indícios de precisar desacelerar e reduzir o seu excesso de consumo (evidenciado pela baixa poupança individual e o alto déficit comercial do país). A queda no setor imobiliário até o momento não se revelou capaz de produzir esse desaquecimento. Talvez, no futuro, a forma seja a tradicional, via subida de juros. Mas não há sinais iminentes dessa subida.

Em suma, a inflação recente de alimentos no mundo pode ser o custo que a economia mundial está cobrando do atual longo ciclo de prosperidade. O leitor não tinha a ilusão de que colocar milhões de chineses e indianos para produzir bens e serviços baratos e substituir a matriz energética mundial por uma mais limpa ia sair de graça? Afinal, não há almoço grátis e, pelo jeito, nem barato.

Ilan Goldfajn, sócio-diretor da Ciano Investimentos, diretor do Iepe/Casa das Garças é professor da PUC-Rio. E-mail: igoldfajn@cianoinvest.com.br

Não há almoço grátis, nem barato - ILAN GOLDFAJN – O Globo – Opinião – 05/06/2007

“Não há almoço grátis” é a frase célebre de Milton Friedman, o famoso economista americano, prêmio Nobel. Os economistas usam a frase para ressaltar que nada é de graça neste mundo, pelo menos não por muito tempo, nem mesmo uma refeição paga pelos outros.

Há uma ironia no fato de os economistas acreditarem que há uma tendência de as refeições ficarem literalmente mais baratas, devido a uma suposta queda secular dos preços dos alimentos. Ou seja, não haveria refeições de graça, mas estaríamos nos aproximando cada vez mais disto. Nada mais falso no momento.

O preço dos alimentos no mundo tem subido de forma significativa, elevando a inflação em vários países.

Os preços das commodities agrícolas (alimentos com preços determinados internacionalmente) têm subido significativamente.

O preço do milho e trigo está no nível recorde dos últimos dez anos, e os do café e cacau está no recorde dos últimos oito e quatro anos, respectivamente. Leite e óleos também têm subido muito nos últimos meses.

Essa subida já está se refletindo nos índices de inflação no mundo. Este ano, nos EUA, a inflação de alimentos chegou a 6,7%, já corrigida pela sazonalidade. Na Inglaterra, a mesma inflação chegou a 6% em abril. Nos países em desenvolvimento, como a China e a Índia, com uma população mais pobre e sensível a esses preços, a inflação de alimentos subiu mais: 7% e 10% sobre o ano anterior, respectivamente.

Na China, a subida dos preços de alimentos sempre foi vista com alerta, dada a necessidade de manter a estabilidade política em face das radicais transformações econômicas nos últimos anos.

Há dois fenômenos relevantes que podem explicar esse movimento e que requerem atenção. Primeiro, a incorporação de uma população de milhões de pessoas à economia global na China e na Índia, agora dedicada à produção de bens industriais e serviços, que demanda cada vez mais alimentos com alta proteína, na medida em que a renda aumenta. Esse fenômeno explicaria por que os preços dos bens industriais tendem a cair, enquanto a dos alimentos, a subir. Uma mudança de preço relativo relevante e permanente.

O segundo fenômeno é a crescente conscientização mundial da necessidade de mudar a matriz energética. Essa mudança energética pressiona os preços dos alimentos. A produção de etanol, por exemplo, está pressionando o preço do milho, encarecendo os alimentos no mundo todo. Mesmo a produção de alternativas mais eficientes, como o etanol da cana-de-açúcar, dificilmente virá de graça, na medida em que deslocar a produção de outras safras.

A questão mais geral é que os benefícios desses fenômenos são claros, mas os seus custos não foram completamente entendidos. No caso da China, o benefício, inclusive, pode já ter sido antecipado.

A produção chinesa tem barateado o preço de vários bens industriais, pressionando para baixo a inflação, permitindo que os juros ficassem baixos nestes anos do longo ciclo atual de prosperidade.

Pode ter chegado o momento de pagar a conta. Na medida em que os chineses demandem mais alimentos de alta proteína, o seu custo aumenta, pressionando a inflação e os juros para cima.

A elevação de juros é a forma tradicional em que as economias entram numa nova fase do ciclo, com menos crescimento, interrompendo o atual período de prosperidade. Há receios que este seja o caso atual. De fato, os bancos centrais no mundo têm aumentado os juros (Banco Central Europeu, Banco da Inglaterra, Banco Central da China etc.), com a notável exceção dos EUA, cuja inflação tem recentemente caído (apesar da alta da inflação de alimentos). A queda no setor imobiliário nos EUA até o momento não se revelou capaz de produzir a queda do consumo que parece ser necessária (devido à baixa poupança individual e ao déficit comercial do país). Talvez, no futuro, a forma de gerar a queda seja a tradicional, via subida de juros. Mas não há sinais iminentes dessa subida.

Em suma, a inflação recente de alimentos no mundo pode ser o custo que a economia mundial está cobrando do atual longo ciclo de prosperidade. O leitor não tinha a ilusão de que colocar milhões de chineses e indianos para produzir bens e serviços baratos e substituir a matriz energética mundial por uma mais limpa ia sair de graça? Afinal, não há almoço grátis e, pelo jeito, nem barato.

Brasil apresenta experiência de combate à pobreza em conferência da ONU na África do Sul – Sítio Eletrônico MDS – 06/06/2007

O secretário interino de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Roberto Wagner Rodrigues, participa nesta sexta-feira (08/06), da Conferência sobre Proteção Social e Redução da Pobreza, na Cidade do Cabo, África do Sul. O objetivo é discutir estratégias de países latino-americanos e africanos para acelerar o cumprimento das Metas do Milênio, das Organizações das Nações Unidas (ONU).

O representante do governo brasileiro expõe às 8 horas, e depois às 16 horas (3 horas e 11 horas, respectivamente, em Brasília) as experiências e os desafios do País na proteção social e no combate à pobreza. Rodrigues vai mostrar a contribuição dos programas do MDS para a redução do índice de pobreza e desigualdade. No período de 2003 a 2005, a taxa de pobreza no Brasil caiu de 28,2% para 22,8%, e os dois principais programas federais de transferência de renda (Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada) foram responsáveis por 28% da queda da desigualdade.

O encontro, que termina no sábado (09), é promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Além do Brasil e África do Sul, enviarão representantes México, Chile, Argentina, Paraguai, Zimbábue, Uganda e Reino Unido. Da apresentação dos dados brasileiros, também participam técnicos do Centro Internacional de Pobreza e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Com dez anos de antecedência, o Brasil cumpriu a primeira das oito Metas do Milênio estabelecidas entre países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU) para 2015. O objetivo de reduzir pela metade a pobreza extrema, que engloba a população que vive com até um dólar por dia, foi atingido em 2005, conforme comprova estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O índice de brasileiros nesta situação caiu de 11,73% para 5,32%. A redução chegou a 54,6%. O estudo da FGV cita expansão do Bolsa Família, o crescimento do emprego, o aumento do salário mínimo e a baixa inflação para os mais pobres como causas desta queda acentuada.

Em Porto Alegre, MST invade Conab para pedir cesta básica - Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 07/06/2007

Sem-terra só desocuparam órgão depois de ouvir promessa de que repasse de alimento voltará a ocorrer

Cerca de cem integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) ocuparam armazém da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) das 7 horas às 16 horas de ontem. Não houve agressões a funcionários do órgão nem depredação de instalações. Essa foi a quarta invasão no local nos últimos sete anos.

Os sem-terra exigiam cestas básicas para as 2,5 mil famílias acampadas em diversas regiões do Estado. Receberam a promessa de repasse emergencial e de que remessas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome voltarão ao fluxo regular nos próximos dias, depois de sofrerem atrasos em maio e no início de junho.

O grupo saiu de um acampamento às margens da BR-386, em Nova Santa Rita, e viajou 30 quilômetros até o armazém. Comissão dos sem-terra apresentou a reivindicação à superintendente em exercício do órgão, Mirtys Sarres Pessoa, e a representantes do governo do Estado e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Os manifestantes alegaram que as famílias correm o risco de passar fome.

Segundo Mirtys, foi providenciado o envio emergencial de 2 quilos de açúcar, 5 quilos de feijão, 10 quilos de arroz e 2 quilos de fubá dos estoques da Conab e mais uma lata de óleo comestível e 1 quilo de farinha, do governo do Estado, para cada família de sem-terra.

Os sem-terra desocuparam o armazém logo depois de concluída a negociação. Ontem mesmo os mantimentos já começaram a ser distribuídos nos acampamentos.

Falta a Conab – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 07/06/2007

Não está definida a situação da Conab, onde há pressão dos produtores familiares para a manutenção da linha atual de trabalho. Entre os benefícios que vêm, está o preço mínimo. A compra do governo, embora tenha valores definidos por produtor, dá sustentação ao restante da produção não adquirida pelo governo.

Biocombustível eleva custo dos alimentos, afirma FAO – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/06/2007

Gasto mundial com importação de comida deve crescer 5% neste ano e bater recorde - Para órgão da ONU, alta no preço de commodities e cereais que também são matéria-prima energética já encarece a alimentação

DA REDAÇÃO

A crescente demanda por biocombustíveis, como o álcool, deve fazer com que os custos mundiais de importação de alimentos atinjam recorde neste ano, segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação). Para o organismo da ONU, esses custos devem superar US\$ 400 bilhões, com alta de cerca de 5% em relação ao ano passado.

No estudo "Previsão dos Alimentos", divulgado ontem, a FAO afirma que a alta nos preços dos cereais secundários, como o milho, e dos óleos vegetais -commodities que respondem por grande parte da produção de biocombustíveis- será o principal motivo para a expansão dos custos de importação.

A estimativa é que esses dois grupos tenham aumento de até 13% nos custos de importação neste ano na comparação com o ano passado.

E serão os países em desenvolvimento os principais afetados pela alta nos custos. De acordo com o órgão das Nações Unidas, os gastos desses países com a importação de alimentos crescerão 9% em 2007 -superior, portanto, à média mundial, estimada em 5%. "A cesta de alimentos importados para os países menos desenvolvidos deve custar, em 2007, aproximadamente 90% mais do que em 2000", diz Adam Prakash, economista da FAO. "É um contraste absoluto com o crescimento de 22% dos custos de importação dos países desenvolvidos nesse mesmo período."

O estudo da FAO, de certa forma, ecoa as declarações recentes do ditador cubano, Fidel Castro, e do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, sobre biocombustíveis. Fidel escreveu, em cartas publicadas em abril e em maio, que a intenção do presidente dos EUA, George W. Bush, de elevar a produção mundial de álcool condena a população pobre do mundo a morrer de fome -"significa nada menos que a internacionalização do genocídio", disse, já que as lavouras seriam redirecionadas para a produção do combustível, e o preço dos alimentos subiria.

Um relatório de outro organismo da ONU, divulgado em maio, afirmava ver risco de competição entre as lavouras de alimentos usados na fabricação de biocombustíveis e a produção de comida.

Produção de cereais - Segundo a FAO, a produção de cereais deve atingir 2,125 bilhões de toneladas neste ano, com expansão de 6% ante 2006, mas esse aumento será "mal-e-mal suficiente" para atingir a elevação na demanda.

E, mais uma vez, o organismo afirma que a indústria do biocombustível - "de rápido crescimento" - será responsável pela maior procura por cereais.

Gordura a ser banida – Folha de São Paulo – Opinião – 11/06/2007

A ORGANIZAÇÃO Pan-Americana de Saúde (Opas) planeja estabelecer um prazo para o banimento total das gorduras trans das Américas. Elas são os novos vilões da alimentação. Formadas principalmente no processo de hidrogenação industrial, estão presentes em alimentos como sorvetes, salgadinhos, biscoitos e certas frituras. Não cabe às autoridades sanitárias ou políticas decidir o que um cidadão vai ou não comer. A julgar pelas evidências científicas à mão, o churrasco deveria ser proscrito. Só que, num Estado democrático, o poder público não pode nem cogitar de fazê-lo. O que lhe compete é informar e orientar. O caso das gorduras trans, porém, é diferente.

O organismo humano não tem nenhuma necessidade desse gênero de ácido graxo, relativamente raro na natureza e que não acrescenta nenhum sabor especial aos alimentos. Seu consumo tende a elevar os níveis do mau colesterol (LDL) e reduzir os do bom (HDL). Ingerir mais de 2 g diários é hábito que favorece o infarto e outras moléstias associadas ao metabolismo de lipídios. Há até mesmo estudos que sugerem uma correlação dessas gorduras com a ocorrência de diabetes e morte súbita.

Reduzir drasticamente a quantidade de gorduras trans na dieta não é difícil. Elas podem ser substituídas por outros tipos de ácidos graxos sem prejuízo de sabor ou consistência. Ao menos no início, pode haver uma elevação de custos, que tende a desaparecer à medida que aumentar a demanda pelas alternativas.

Diante desse quadro, o eventual banimento das gorduras trans não representaria um caso de ingerência indevida das autoridades na vida do cidadão. É razoável assumir como universal o pressuposto de que, sem ter de abrir mão de praticamente nada, todos desejam viver mais e de forma mais saudável.

"Independentes", arroz e feijão sobem no país - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 11/06/2007

Diferentemente de outras commodities importantes para o Brasil, arroz e feijão seguem dinâmica própria, sem vinculação com os movimentos internacionais de preços. Com demandas praticamente estáveis, ambos têm oscilado conforme as expansões e retrações de oferta e, neste ano, os dois tendem a registrar aumentos mais significativos de preços no segundo semestre, por conta das safras menores que as do ano passado.

No caso do arroz, as cotações no início desta safra ainda sofreram os efeitos da produção excessiva do ciclo 2005/06, quando a oferta total no país atingiu 15 milhões de toneladas, para um consumo de 13 milhões, segundo a Conab. Na safra 2006/07, a produção é estimada em 11,4 milhões de toneladas, 2,7% menor que em 2005/06.

Em maio, o preço médio da saca de 50 quilos pago ao produtor gaúcho ficou em R\$ 21,50, abaixo do preço mínimo fixado pelo governo em R\$ 22. Ainda assim, o valor foi 2,8% maior que em abril e ficou 19% acima da média apurada em maio de 2006. Na primeira semana de junho, o preço seguiu estável. Paulo Morceli, da Gerência de Alimentos Básicos da Conab, observa que o estoque de passagem deve cair em 68%, para 492,4 mil toneladas (suficiente para 15 dias de consumo), o que em si já motivará aumento de preços.

"Mas os preços hoje não chegam perto do nível de 2003 [quando houve quebra de safra no Sul e a produção foi 1,9 milhão de toneladas menor que o consumo]. O arroz não será vilão da inflação neste ano, mas há perspectiva de melhora de preços, podendo chegar a R\$ 28 ao produtor gaúcho", afirma Morceli.

Tiago Barata Sarmiento, da Safras&Mercado, estima que o preço médio no segundo semestre chegará a R\$ 26. Ele diz que os preços estão estáveis devido à decisão de produtores de segurar a venda, e à realização dos leilões de opção pela Conab. "É importante que haja uma reação, para estimular aumento de área", afirma. A Safras projeta para 2007/08 manutenção do volume produzido em torno de 11,489 milhões de toneladas.

No varejo, o preço do arroz apresentou ligeira alta de 0,16% em maio, encerrando o mês a R\$ 6,26 o pacote de 5 quilos do arroz tipo 2, em São Paulo, segundo a pesquisa de cesta básica do Procon-SP. Comparado a maio de 2006, a alta foi de 14,4%.

Já no caso do feijão, que no Brasil é colhido em três safras por ano, a recuperação de preços começou mais cedo. A saca de 60 quilos paga ao produtor atingiu R\$ 70 em maio, 33% mais que em abril, mas estável em relação a maio de 2006, segundo a Conab.

No varejo, o quilo do carioca saiu, em média, por R\$ 1,49 em maio em São Paulo, segundo o Procon. O valor é 15,5% maior que a média de abril, mas ainda 25,1% menor que em maio de 2006. No atacado, segundo a Safras, a saca do carioca de boa qualidade subiu 28% sobre abril e 18,5% sobre maio de 2006, para R\$ 96 a saca. Na primeira semana de junho, conforme a Correpar, a saca bateu R\$ 105. "A expectativa é de novas altas no segundo semestre em relação ao primeiro", afirma Marcelo Lüders, da Correpar.

O analista observa que os baixos preços praticados na safra de verão desestimularam o plantio na segunda e terceira safras e, com isso, a oferta de feijão ficará menor no segundo semestre.

A Safras estima reduções de 21% e 13% na segunda e terceira safras, para 1,16 milhão de toneladas e 749 mil toneladas, respectivamente. Elcio Bento, também da Safras, observa que as chuvas afetaram a qualidade do feijão da primeira safra, o que também prejudicou os preços. A Conab estima para 2006/07 produção total de 3,365 milhões de toneladas, 3% menos que na safra anterior, e consumo de 3,3 milhões de toneladas.

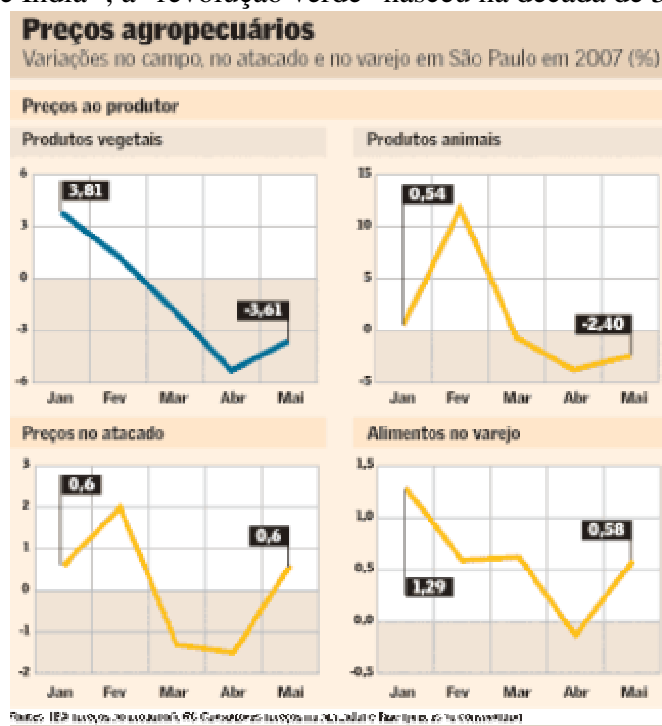
Há limites para a "agroinflação" global - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios - 11/06/2007

Preocupação crescente desde o fim de 2006, quando a febre dos biocombustíveis começou a contagiar a demanda global por produtos agrícolas e a alavancar as cotações internacionais de commodities como milho, soja e trigo, a tendência de elevação dos preços dos alimentos no mundo tem limite.

Mesmo que as previsões mais pessimistas indiquem que, para chegar ao teto, as cotações ainda subirão por pelo menos mais três anos, há sinais de que até lá a escalada poderá ser atenuada por recomposições de estoques. E, nas próximas décadas, possíveis

disparadas poderão ser contidas ou amenizadas por expansões de áreas plantadas em países como o Brasil e aumentos de produtividade proporcionados por uma "revolução verde" hoje liderada pelos organismos geneticamente modificados (OGMs) - os transgênicos.

Lembrada mesmo por especialistas que acreditam que os biocombustíveis de fato elevarão definitivamente as médias históricas dos preços de commodities destinadas a alimentos - que já vinham em alta graças ao maior consumo em países emergentes como China e Índia -, a "revolução verde" nasceu na década de 50.



E os ganhos de produtividade gerados a partir do maior uso de insumos nas lavouras atropelaram os temores dos ambientalistas e evitaram preços excessivamente elevados em pelo menos dois outros momentos em que as previsões sobre o futuro alimentar global foram tão ou mais sombrias do que agora: logo depois da Segunda Guerra e na década de 70, a partir de diagnósticos da 1ª Conferência Mundial de Segurança Alimentar da FAO, braço da ONU para agricultura e alimentação.

A mesma FAO prevê que, em grande parte graças à "agroinflação" resultante da panacéia dos biocombustíveis, o valor das importações globais de alimentos baterá novo recorde histórico neste 2007. Em extenso relatório divulgado na quinta-feira, o órgão estima que essas importações vão superar US\$ 400 bilhões, 5% mais que em 2006, que ostenta o atual recorde. O relatório vai além: no caso dos países emergentes, o aumento médio do valor das importações será de 9%.

As previsões refletem saltos expressivos das cotações internacionais das commodities nos últimos 12 meses. Segundo o Valor Data, na bolsa de Chicago, os preços médios mensais do milho (contratos futuros de segunda posição de entrega, normalmente os de maior liquidez) subiram 46,52% no período de doze meses até maio. A soja em grão, pelo mesmo critério, registrou alta de 29,93% - o óleo de soja aumentou 35,47% e o farelo, 19,05% -, enquanto o trigo ficou 23,54% mais caro. Em Nova York, registraram valorizações no intervalo o cacau (25%), o suco de laranja (4,77%) e o café (4,47%).

Especialmente milho e soja agradecem aos biocombustíveis pela alta alcançada, acelerada a partir de outubro de 2006. Vale lembrar, contudo, que as cotações já vinham sentindo há alguns anos os efeitos da maior demanda gerada pelos crescimentos econômicos dos emergentes China e Índia, com reflexos marcantes em fretes e insumos, com destaque para o encarecimento dos fertilizantes. Nos últimos 62 meses (seis anos) até maio último, os ganhos do milho em Chicago atingiram 84,12%, enquanto os da soja chegaram a 77,66%, segundo o Valor Data.

"Como a demanda cresceu muito rápido nos últimos anos, a relação entre os estoques e o consumo global de algumas commodities agrícolas ficou relativamente modesta. As carnes também passaram por isso. Mas esses estoques serão recompostos", acredita o economista Fabio Silveira, da RC Consultores, que acompanha de perto esse mercado. A própria FAO, no relatório que divulgou na quinta-feira, aponta crescimento de estoques globais de milho (principal matéria-primas para a fabricação de etanol nos EUA) em 2008, ainda que para o arroz a projeção indique uma nova retração.

Silveira pode ser incluído em uma ala de "agroeconomistas" que acredita que as forças do mercado vão se equilibrar com o passar do tempo, que a curva da oferta encontrará a demanda e que as cotações das commodities tenderão a voltar a suas médias históricas, com seus tradicionais soluços cíclicos e talvez com mudança de patamar em um caso ou outro - mas nada dramático. Somente nesta década, lembra, soja e açúcar foram às alturas e voltaram, enquanto o café beirou o fundo do poço e emergiu.

Um caso que ilustra bem o raciocínio de Silveira é o da soja. Quando o apetite chinês levou o grão a superar US\$ 10 por bushel em Chicago, em 2004, muitos produtores (inclusive no Brasil) acreditavam a média histórica de US\$ 6 seria finalmente superada, já que as projeções para a economia do gigante asiático eram de avanço forte e duradouro. Os chineses seguiram causando inveja a quase todos os outros países do mundo, mas mesmo assim a soja caiu abaixo de US\$ 6 antes de pegar carona com o milho e voltar a subir. Alguns sojicultores brasileiros têm dívidas até hoje por acreditarem que margens de lucro de 80% ou mais seriam eternas como os diamantes.

A busca por escala e produtividade, afirma Silveira, é inerente à atividade capitalista e os preços de equilíbrio normalmente são referenciados pelo produtor mais eficiente, o que coíbe disparadas sem fim e fortalecem a característica cíclica das commodities. E como as commodities agrícolas são renováveis e expansíveis, diz, esta lógica deverá prevalecer. "Aconteceria o contrário se não houvesse terras disponíveis para plantio no mundo. Mas há. Brasil e Argentina podem crescer muito nos próximos anos, e a partir de um determinado momento, talvez 2020, teremos a África como supridor importante de alimentos. Não é à toa que os chineses estão investindo na agricultura africana". Destaca-se, nessa conquista chinesa da África, parceria com empresas de pesquisa como a estatal brasileira Embrapa.

Também faz parte dessa equação a resistência dos consumidores e seu poder de substituir produtos caros por alternativas mais baratas. Foi assim no passado no Brasil, quando as massas passaram a interferir nos preços do prato de arroz e feijão, e mais recentemente com o suco de laranja no mercado internacional. Exportado principalmente pelo Brasil, a cotação do produto na bolsa de Nova York saiu de 58,43 centavos de dólar por libra-peso (abaixo da média histórica), em maio de 2004, e chegou a US\$ 1,9960 em dezembro de 2006, por conta de problemas de oferta na Flórida. Nesse patamar, o consumo diminuiu em diversos mercados - EUA e China entre eles - e as cotações já caíram quase 20%.

Fernando Homem de Melo, professor titular da FEA/USP, acompanha os embates entre as forças do mercado agrícola há mais de 30 anos e corrobora a tese de equilíbrio no futuro. A questão, para ele, é saber quando esse futuro chegará e se até lá os efeitos das altas em curso serão suportáveis, principalmente pelos países e consumidores mais pobres, para quem os alimentos tem peso maior no orçamento. "O atual ciclo inflacionário não está consolidado. Sem dúvida há um limite, mas não sabemos qual" - até porque a "inflação dos biocombustíveis" continuará com estreitas ligações com o preço do petróleo por muito tempo.

Em recente estudo intitulado "How Biofuels Could Starve the Poor", os professores C. Ford Runge e Benjamin Senauer, da Universidade de Minnesota, calculam que, com o barril do petróleo em cerca de US\$ 80 (hoje está abaixo de US\$ 70), é possível pensar no bushel do milho acima de US\$ 5 em Chicago (hoje está perto de US\$ 4). Mas, se o barril por acaso recuar para US\$ 30, US\$ 2 pelo bushel do milho estará bom demais. O International Food Policy Research Instituto, em Washington, acredita no petróleo caro e projeta alta de 41% do milho até 2020, com ou sem "revolução verde" - ou "verde 2", já que ela terá de respeitar as rigorosas regras ambientais atuais, impensáveis na década de 50.

Nesse cenário de limite sem data para a "agroinflação", resta ao Brasil a enorme vantagem de ser fornecedor mundial de commodities como soja e, mais recentemente, milho, ainda que o país importe 80% do trigo que consome. Aliado a um câmbio que limita ganhos domésticos e a um grande mercado interno, esse fator tem ajudado a diluir os efeitos das disparadas internacionais. Mas não as elimina, o que reduz as margens das agroindústrias e preocupa sobremaneira o Banco Central. O índice de preços agrícolas no atacado da Fundação Getúlio Vargas, por exemplo, aponta alta de 11% da cesta básica nos últimos 12 meses.

Marcio Nakane, coordenador da pesquisa do IPC da Fipe, acredita que, para o país, o pior já passou, e que o cenário "agroinflacionário" tende a ser tranquilo até o fim deste ano. Mas alimentos industrializados ou semi-processados preocupam, principalmente os derivados do leite e do trigo. Os primeiros sofrem a influência de uma alta internacional que estimula as exportações brasileiras; já os derivados do trigo sobem pela queda do fornecimento da Argentina.

Divulgados os valores de bônus para junho do Programa de Garantia de Preços – Sítio Eletrônico do MDA – 13/06/2007

Agricultores familiares que realizaram financiamentos de custeio no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para as culturas de arroz, feijão e milho contarão com bônus do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) neste mês.

Os bônus foram divulgados por meio de Portaria da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), publicada nesta última segunda-feira (11) no Diário Oficial da União. Eles têm validade para o período de 10 de junho a 9 de julho, com valores específicos para cada atividade e por estado.

O PGPAF é uma garantia aos agricultores familiares de que seus financiamentos, no momento de serem pagos aos bancos, terão um desconto no valor financiado. Esse bônus é equivalente à diferença entre o custo de produção (preço de garantia) e o de comercialização (de mercado) – caso este último esteja abaixo do custo de produção.

Dessa forma, garante-se que as famílias rurais não terão de se desfazer de seu patrimônio para pagar o financiamento quando os preços estiverem abaixo dos custos de produção. São amparadas atualmente pelo programa as culturas de arroz, milho, soja, feijão e mandioca, além da atividade leiteira.

O bônus é calculado mensalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que faz um levantamento nas principais praças de comercialização dos produtos da agricultura familiar que integram o PGPAF. Os valores do bônus valem sempre a partir do dia 10 do mês corrente até o dia 9 do mês seguinte.

Cenário atual

Pela Portaria que vale para junho, dos seis produtos amparados pelo PGPAF, apenas o arroz, o feijão e o milho apresentaram, em alguns estados, preços de comercialização (de mercado) abaixo dos custos de produção. Isso deu origem aos bônus neste momento em aplicação.

No caso do arroz, são contemplados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Sergipe, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Os bônus para este mês para os financiamentos da cultura nesses estados são os que constam no quadro abaixo:

Estado	Bônus para os financiamentos do arroz
Rio Grande do Sul	8,41%
Santa Catarina	4,50%
Bahia	4,55%
Sergipe	3,95%
Mato Grosso do Sul	1,77%
Mato Grosso	1,35%

No caso do feijão, os estados em que o preço de mercado ficou abaixo do custo de produção no mês de maio foram: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Bahia (Norte). Em consequência disso, os bônus atualmente válidos para os financiamentos de feijão dos agricultores familiares desses estados são os que constam no quadro abaixo:

Estado	Bônus para os financiamentos do feijão
Rio Grande do Sul	33,89%
Santa Catarina	26,64%
Paraná	26,66%
Mato Grosso do Sul	11,96%
Bahia (Norte)*	15,09%

No caso do milho, apenas no estado de Goiás o preço de mercado ficou abaixo do custo de produção. O bônus para o financiamento dessa cultura será de 0,49%. Não terão bônus de desconto neste mês as culturas de mandioca e de soja, já que os preços de mercado praticados em maio ficaram acima dos custos de produção.

Medida garantida

O secretário da SAF/MDA, Adoniram Peraci, ressalta que os agricultores familiares que têm financiamento de custeio amparados por essa nova política do Ministério não precisam antecipar os pagamentos de seus financiamentos. Na data de vencimento, também haverá bônus para garantir a renda das famílias agricultoras que enfrentarem baixos preços na comercialização no período.

Ele lembra que a maior parte dos financiamentos incluídos no PGPAF vencem a partir de agosto ou setembro, coincidindo com a data de maior contratação ou renovação dos custeios agrícolas e pecuários.

***A lista dos municípios do Norte da Bahia**

Abaré, Acajutiba, Adustina, Alagoinhas, Amélia Rodrigues, Antas, Aporá, Araças, Aramari, Aratuípe, Banzaé, Cabeceiras do Paraguaçu, Camaçari, Candeias, Cardeal da Silva, Catu, Chorrochó, Cícero Dantas, Cipó, Conceição da Feira, Conceição do Almeida, Conceição da Jacuípe, Conde, Coronel João Sá, Crisópolis, Cruz das Almas, Curacá, Dias Avila, Dom Macedo Costa, Entre Rios, Esplanada, Fátima, Governador Mangabeira, Heliópolis, Itanagra, Itaparica, Itapicuru, Jaguaripe, Jandaíra, Juazeiro, Lauro de Freitas, Macururé, Madre de Deus, Maragogipe, Mata de São João, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Nova Soure, Novo Triunfo, Olindina, Paripiranga, Paulo Afonso, Pedro Alexandre, Pojuca, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Rio Real, Rodelas, Salinas da Margarida, Salvador, Santa Brígida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Felix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Sátiro Dias, Saubara, Simões Filho, Sobradinho, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Varzedo, Vera Cruz.

Encontro debate ações em assistência técnica para a safra 2007/2008 – Sítio Eletrônico do MDA – 18/06/2007

Todos os 26 estados e o Distrito Federal estiveram representados por suas instituições oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em reunião na última sexta-feira (15), em Brasília. A finalidade do encontro foi a discussão dos temas e ações para elaboração de projetos que receberão apoio de recursos em 2007 do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater), da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA).

A abertura da reunião contou com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. Segundo o ministro, foi encerrado um primeiro ciclo, em que se reergueu a ATER no País por meio de uma injeção de recursos, abrindo novas possibilidades para oferecer serviços de boa qualidade. Neste momento, ele acrescentou, ocorre a construção de um sistema com a participação das empresas estaduais de ATER, organizações não-governamentais (ONGs), movimentos sociais e cooperativas. “Hoje vemos uma situação diferente”, disse.

O ministro frisou que o modelo esperado para o desenvolvimento do meio rural brasileiro passa por menos latifúndios, diminuição da monocultura, investimentos na produção diversificada e orgânica, geração de mais empregos e renda e preservação do meio ambiente. Para Cassel, todas essas ações repercutem na ATER. Por isso, há a necessidade de ampliar os serviços. “É melhor para o desenvolvimento rural brasileiro e para o Brasil como um todo”, finalizou.

Também participaram da mesa de abertura o secretário de Agricultura Familiar, Adoniram Sanches Peraci; o diretor do Dater, Argileu Martins da Silva; o presidente da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer), José Silva; e o vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alberto Ercílio Broch.

O encontro tratou das perspectivas da agricultura familiar e do Plano Safra 2007/2008; estratégias para agregação e apropriação de renda e para qualificação do crédito rural; além da utilização dos recursos em 2007 para assistência técnica e extensão rural.

Avanços nos últimos anos

O secretário da SAF afirmou na abertura da reunião que o debate sobre ATER nunca foi tão enfatizado durante as discussões de um Plano Safra como atualmente, mobilizando parte dos movimentos sociais. Segundo ele, o momento é de programação e reorganização para se preparar para novos conceitos. “Qual o padrão que queremos estabelecer nos próximos quatro anos com a assistência técnica?”, indagou.

Peraci fez um balanço das ações ocorridas nos últimos quatro anos. O secretário destacou o aumento do crédito rural; a criação de seguros, como o Garantia-Safra para o Semi-Árido brasileiro, especialmente voltado ao público do Nordeste; o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), um seguro de risco climático; e o mais recente, o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), que proporciona mais segurança para a comercialização dos produtos.

“Em 2005, investimos R\$ 250 milhões para a revitalização da Aquisição do Governo Federal (AGF)”, disse. Essa ação garante, com base nos preços mínimos, a aquisição de produtos agropecuários pelo Governo Federal.

O secretário destacou entre as ações destes últimos quatro anos a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que, para 2007, terá uma alocação de recursos de R\$ 150 milhões. Além disso, adiantou que será aprovada uma medida do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ela irá permitir a compra de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar. “Hoje, o FNDE gasta cerca de R\$ 1,8 bilhão com a compra de alimentos para a merenda”, explica Peraci.

Ao final, Peraci reforçou o papel da extensão rural como motriz para o desenvolvimento no campo. “Cada extensionista precisa entender o leque de políticas para levar informações ao campo, conversar com os movimentos sociais. A relação terá de ser mais estratégica” avaliou.

Projetos para 2007

As organizações oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural terão até o dia 31 de julho para encaminhar seus projetos, que serão analisados pelo Dater. Os projetos terão de ser executados pelos estados até 31 de março de 2008. A estimativa inicial é de investimento de recursos de aproximadamente R\$ 80 milhões.

Esses projetos devem contemplar ações que promovam o desenvolvimento rural sustentável, a produção e aumento da oferta de alimentos saudáveis, a segurança alimentar das famílias participantes, a geração de renda e agregação de valor aos produtos e serviços agrícolas e não-agrícolas da agricultura familiar, a redução da pobreza e a inclusão social, bem como a criação de novos postos de trabalho no meio rural.

Metas para ATER

Para o diretor do Dater, Argileu Silva, o Governo Federal tem apostado na extensão rural, já que os extensionistas podem ser responsáveis pela convergência das políticas públicas para os agricultores. Ele apresentou a proposta de termo de referência para convênios com as organizações oficiais de ATER para o ano de 2007, cujas diretrizes são: Redução da Pobreza Rural; Incentivos a Sistemas de Produção Sustentáveis; Geração de Renda e Agregação de Valor; Segurança Alimentar e Nutricional; Qualificação do Crédito Rural; Ações a partir das diversidades de Gênero, Raça e Etnia; Ações que promovam Metodologias Participativas; Redes Territoriais de ATER; e Assistência Técnica Gerencial.

“Precisamos encarar a pobreza rural, a diversificação de culturas, a segurança alimentar, a questão ambiental e a geração de renda”, reforçou. Foi apresentado aos representantes das 27 organizações oficiais de ATER o plano de implementação de redes temáticas. Por intermédio delas, cada instituição deverá indicar técnicos para atuarem no processo de articulação de temas das redes, os quais serão relacionados com as metas obrigatórias. “Vamos respeitar as diversidades dos estados”, destacou Silva. Os temas são:

Redes Temáticas
Fortalecimento da Agricultura Familiar na Cadeia do Leite
Agroindústria Familiar
Produtos e Mercados Diferenciados
Apoio à Comercialização dos Produtos e Serviços da Agricultura Familiar
Atividades Não-agrícolas (Turismo na Agricultura Familiar e Artesanato)
Biodiesel
Formação de Agentes de ATER
Agroecologia
Crédito, Seguro da Agricultura Familiar, Garantia-Safra e PGPAF
Metodologias Participativas de ATER

Os projetos que serão apresentados pelos estados terão de cumprir metas para que possam ser aprovados pelo Dater. Algumas metas são:

- Selecionar e atuar em pelo menos duas cadeias produtivas, a partir de um mapeamento das principais cadeias de cada região, sendo que uma delas deverá ser obrigatoriamente a cadeia do leite.
- Formar agentes de ATER para atuar na promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) e no fortalecimento da agricultura familiar.
- Garantir prestação de serviços de assistência técnica a beneficiários do Pronaf B nos estados.
- Garantir assistência técnica a todos os agricultores beneficiários do crédito de investimento do Pronaf.
- Fortalecer a agricultura familiar na cadeia do leite – capacitação de técnicos e orientação aos agricultores familiares.
- Capacitar técnicos e orientar agricultores familiares na implementação de agroindústrias familiares.
- Apoiar a comercialização de produtos e serviços da agricultura familiar – capacitação técnicos e orientação aos agricultores familiares e elaborar projetos para Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
- Capacitar técnicos e lideranças sobre o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).
- Capacitar técnicos, agricultores familiares e lideranças sobre atividades não-agrícolas, como turismo rural e artesanato.
- Capacitar técnicos para atuar na cadeia produtiva do leite, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Gado de Leite.
- Capacitar técnicos em tecnologias de convivência com o Semi-Árido.
- Estabelecer estratégia de atuação com os beneficiários do Garantia-Safra.

Agricultores destacam papel social do PAA para famílias do Sul – Sítio Eletrônico do MDS – 18/06/2007

Se as dificuldades da vida no campo, há algum tempo, faziam com que famílias inteiras abandonassem a terra em que nasceram no interior do Rio Grande do Sul, hoje o êxodo rural é considerado uma alternativa remota. Já existem razões para ficar. A garantia de renda, resultado da compra dos produtos pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), pelo Governo Federal, tem sido uma das mais fortes motivações, repetida em cada depoimento.

Em Liberato Salzano, localizada a 350 quilômetros da capital Porto Alegre, a opção pelo ambiente urbano registrada durante mais de uma década, começa agora a se reverter. Segundo o presidente da Cooperativa Coocampo, Valdir Zottis, “quem foi embora, já pensa até em voltar para o interior”. Ele lembra que a cidade tinha quase 13 mil habitantes e hoje contabiliza pouco mais de 5 mil. “Mas, o PAA, iniciado em 2004, está mudando a situação”, garante. “Os agricultores têm mais oportunidade de vender o que plantam e isso ajuda a resgatar a auto-estima deles”.

Na quinta feira (14/06), um pouco dessas histórias foram reafirmadas durante encontro realizado em Brasília entre coordenadores da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar (Sesan), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e representantes de associações, cooperativas e prefeituras dos Municípios gaúchos de Almirante Tamandaré do Sul, Pontão, Liberato Salzano e Engenho Velho.

Em torno de uma grande mesa, o momento foi de avaliar e reafirmar a importância do PAA na região, não só para agricultores quanto para famílias pobres que recebem gratuitamente os alimentos adquiridos pelo programa. Para o presidente da Cooperativa de Produção Mista de Agricultores Trindadense (Coopatrin), Senair Modesti, a consolidação do PAA nos 15 Municípios que pertencem à entidade contribui muito para a inclusão social. “Em função disso, os agricultores se sentem motivados a melhorar”, completa.

O grupo foi recebido pela coordenadora do PAA da Agricultura Familiar, Rachel Cossich, que destacou a importância da parceria com prefeituras municipais, como agentes apoiadores do programa junto às comunidades. “E nós reconhecemos nosso papel porque temos acompanhado os resultados”, admitiu a vice-prefeita de Almirante Tamandaré do Sul, Sandra Terezinha Sebben. Um dos exemplos ressaltados por ela, é a mudança de mentalidade dos produtores, que têm investido no cultivo dos produtos da agricultura familiar em vez de unicamente soja e trigo.

Recursos garantidos - Até março de 2007, o MDS havia investido R\$ 2,6 milhões, na compra da produção de 1,1 mil agricultores familiares do Rio Grande do Sul, beneficiando 28,8 mil pessoas. Em todo o País, o recurso total aplicado no programa em 2006 foi de R\$ 194 milhões, usados na aquisição de alimentos de 80 mil pequenos produtores.

O PAA é uma das ações do Fome Zero que tem o objetivo de garantir acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, promovendo a inclusão social no campo. Os alimentos são adquiridos com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores e nem inferiores aos praticados no mercado regional, até o limite de R\$ 3.500,00 anuais por agricultor que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Ministro Patrus Ananias acerta parceria com União de Cooperativas da Agricultura Familiar – Site Eletrônico do MDS – 18/06/2007

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, recebeu na tarde de hoje (18/6) representantes da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) e acolheu a proposta de parceria da entidade com o MDS na área de cooperativismo solidário. O ministro definiu que será feito, junto com a Unicafes, um mapeamento das regiões onde há o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consads) para ver onde a entidade atua e formalizar parcerias. “Podemos estabelecer uma parceria para a consolidação dos Consads”, observou o ministro.

Novo Plano de Safra terá R\$ 58 bilhões - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 21/06/2007

O governo anuncia na próxima quarta-feira, em cerimônia no Palácio do Planalto, a destinação de R\$ 58 bilhões para financiar as ações do setor agropecuário no próximo ano-safra 2007/08, que começa "oficialmente" no dia 1º de julho.

Principal reivindicação do setor, a redução dos juros do crédito rural, hoje em 8,75% ao ano, será atendida pelo governo. "Vamos anunciar um volume próximo de R\$ 58 bilhões e uma taxa de juros de 6,5%", informou ontem o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, ao Valor.

Na atual safra 2007/08, que termina em 30 de junho, o governo ofereceu R\$ 50 bilhões ao setor. O Ministério da Fazenda ainda resiste a reduzir os juros e concorda com uma taxa de 7%. A questão pode ser arbitrada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em reunião com lideranças e parlamentares ruralistas, Stephanes revelou as linhas gerais do novo Plano de Safra. O volume de recursos a juros subsidiados pelo Tesouro Nacional também crescerão. Na safra atual, o sistema financeiro registra uma "sobra" de R\$ 2,5 bilhões na chamada exigibilidade rural, a parcela de 25% dos depósitos à vista que os bancos são obrigados a aplicar no crédito rural. Além disso, houve uma forte elevação de 25% nos depósitos desde julho de 2006. Boa parte desse excedente, estimado em R\$ 3 bilhões, reforçará os financiamentos a juros mais baixos.

O novo plano do governo para o setor também prevê uma elevação nos recursos para comercialização da safra. Serão destinados cerca de R\$ 2 bilhões para instrumentos de garantia de preços, como contratos de opções, prêmios de escoamento e equalização, além de aquisições diretas do produtor.

Os médios produtores, responsáveis por 20% da geração da riqueza no campo e por 19% da área total dos imóveis rurais do país, terão o "Novo Proger Rural". Haverá a ampliação da faixa de renda para atender a mais produtores. Hoje, para efeitos de enquadramento no Proger, o produtor precisa ter renda anual entre R\$ 80 mil e R\$ 240 mil - a maioria absoluta detém áreas entre 20 e 300 hectares. A medida também tem um fundo político. Ao dar um tratamento diferenciado aos médios produtores, o governo "isola" o segmento da influência da bancada ruralista.

O novo Plano de Safra também aumentará os limites individuais de financiamento e os preços mínimos de alguns produtos. Os programas de investimento administrados pelo BNDES terão juros menores e serão novamente reagrupados para racionalizar o sistema.

O anúncio do Plano de Safra também embute as discussões sobre uma nova solução para o endividamento do setor. O governo federal está disposto a avançar nas medidas anunciadas na semana passada. As dívidas de custeio das temporadas 2004/05 e 2005/06, já repactuadas no ano passado, devem ser jogadas para o final dos contratos. Para isso, estuda-se um "pedágio" de correção dos débitos pela taxa Selic (12% ao ano). A medida, aplicada entre os dias 2 de janeiro e 30 de agosto, seria um sinal de diferenciação para inadimplentes. Os débitos de investimento teriam a aplicação da diferença dos juros originais e a atual TJLP (6%) sobre os saldos devedores. E isso seria descontado das parcelas anuais pagas pelos produtores.

Wagner Rossi vai para Conab – Mauro Zanatta - Valor Econômico – Agronegócios - 22/06/2007

Quase três meses após sua posse no Ministério da Agricultura, o deputado Reinhold Stephanes (PMDB-PR) conseguiu ontem (dia 21) confirmar a indicação do novo presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O Diário Oficial da União publicou a nomeação do ex-deputado pelo PMDB paulista Wagner Rossi no cargo.

Indicação do presidente nacional do PMDB, Michel Temer (SP), e do presidente estadual do partido, Orestes Quércia, o ex-presidente da Cia. Docas de São Paulo, que administra o Porto de Santos, terá sob sua responsabilidade a gestão de orçamento de R\$ 5,2 bilhões este ano. Em 2006, a estatal, que vinha sendo cobiçada por políticos de vários partidos, gastou R\$ 3,88 bilhões.

Stephanes diz que as mudanças na Conab devem se resumir à nomeação de Wagner Rossi. A atual diretoria seria mantida. Dois dos três diretores são filiados ao PT. O comando nas 23 superintendências estaduais da Conab também não devem sofrer alterações imediatas, segundo Stephanes.(MZ)

FORTALEZA SEDIA CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR – Sítio Eletrônico do MAPA – 26/06/2007

Começa no próximo dia 03 de julho, no Centro de Convenções de Fortaleza (CE), a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A abertura, às 18h, contará com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, do presidente do Conselho Nacional Alimentar e Nutricional (Consea), Chico Menezes, e da presidente do Consea do Ceará, Regina Barros Miranda.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) apóia a realização do evento, que deverá reunir, até o dia 06 de julho, duas mil pessoas, entre especialistas, representantes de governos, entidades, conselhos e organizações da sociedade civil. Também confirmaram presença representantes da Itália, Bolívia, Uruguai, Palestina, Índia, Argentina, México, Angola, Peru, Portugal, Nicarágua e Espanha.

Com o tema “Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”, esta será a primeira conferência setorial do atual mandato do

governo Lula. O objetivo é avaliar os impactos do modelo de desenvolvimento na produção de alimentos saudáveis e na garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional da população.

Os participantes deverão apresentar alternativas a este modelo, de forma a colocar o direito humano à alimentação como prioridade no desenvolvimento do país. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o agronegócio, os alimentos transgênicos e a transposição do Rio São Francisco são algumas das questões que estarão em pauta.

O Fome Zero, os programas de transferência de renda e os que têm o objetivo de promover a cidadania, como o Bolsa Família, a reforma agrária e a agricultura familiar, a atualização da lei sobre Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) são outros temas. Também serão avaliadas as ações e políticas públicas de erradicação da fome e da pobreza e apresentadas as experiências e projetos na área que mais se destacaram no país e no exterior.

Outro assunto será a implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), criado pela Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), sancionada em setembro do ano passado. O Sisan integrará as ações e esforços das três esferas de governo e da sociedade civil nesta área. O encontro também vai estimular a parceria entre governo federal, estadual e municipal, sociedade civil e iniciativa privada no esforço nacional de promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável.

Como resultado dos quatro dias de evento, será produzido um documento com as propostas para a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional a ser encaminhado às autoridades governamentais. O evento é organizado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Outras informações na Assessoria de Comunicação do Consea: (61) 3411.2576/3279/3349 – ascom@consea.planalto.gov.br – www.planalto.gov.br/consea/3conferencia

Presidente Lula destaca importância dos programas de compra de alimentos da agricultura familiar para o Semi-Árido - Sítio Eletrônico do MDS – 26/06/2007

A ministra interina do MDS, Márcia Lopes, foi uma das autoridades a assinar o pacto do Unicef - O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), foi citado nesta terça-feira (26/06), pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como uma importante iniciativa para a melhoria na qualidade de vida das famílias que vivem no Semi-Árido brasileiro. Ao participar da assinatura de renovação do Pacto "Um mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-Árido", em Brasília, Lula também ressaltou o impacto da construção de cisternas, projeto realizado em parceria com a Articulação do Semi-Árido(ASA), em que a maior parte dos recursos (87%) é do MDS.

Além do presidente Lula, outras autoridades - entre elas, a ministra interina do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes - assinaram a renovação do pacto, uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) que envolve, desde 2004, Governo Federal, Estados, Municípios, entidades da sociedade civil e empresas na adoção de medidas de saúde, educação e proteção que visam melhorar as condições de vida da população infantil da região. Também participaram cinco ministros (Educação, Saúde, Esportes, Integração Nacional e Igualdade Racial), três governadores (Paraíba, Bahia e Sergipe), parlamentares e representantes de empresas e entidades não-governamentais.

Programa de Aquisição de Alimentos - O PAA, uma das ações do Fome Zero, compra hortifrutigranjeiros e leite dos pequenos produtores. Desde 2003, o Governo Federal já investiu R\$ 1,3 bilhão no programa, que atende 93,8 mil agricultores e pecuaristas. A produção foi distribuída a 6,5 milhões de pessoas. O Programa do Leite, uma das modalidades do PAA, é exclusivo para o Semi-Árido, beneficiando diariamente 800 mil famílias e 25 mil produtores da região. "O programa é um sucesso e explica por que com tão pouco dinheiro se consegue um resultado tão importante", enfatizou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em seu discurso, Lula destacou ainda o impacto da construção de cisternas no Semi-Árido e reforçou a continuidade do projeto, também uma das ações do Fome Zero. "Só quem fica esperando o Dia de São José, e vê que a chuva não vem, sabe como é importante este programa", argumentou o presidente. Desde 2003, foram construídas na região 202 mil cisternas para captação de águas da chuva. Dos R\$ 293 milhões investidos pelo poder público, empresas e organizações não governamentais, R\$ 257 milhões são recursos do MDS.

Resultados - Em 2006, os investimentos do MDS no Semi-Árido, em programas de Assistência Social, Segurança Alimentar e Transferência de Renda, totalizaram R\$ 4,4 bilhões. Os recursos representam 20% do orçamento do Ministério. No Semi-Árido vivem 13 milhões de crianças e adolescentes. A região, que abrange 1,5 mil Municípios do Nordeste e norte de Minas Gerais e Espírito Santo, tem elevados índices de pobreza e desigualdade social.

Pesquisa realizada pelo MDS em 2005 mostrou que a desnutrição infantil no Semi-Árido caiu de forma significativa nos últimos dez anos. O estudo revelou que o índice de crianças com até cinco anos que sofrem de desnutrição crônica (déficit de altura) reduziu de 17,9%, em 1996, para 6,6%. O levantamento identificou ainda que 92,8% dos meninos e meninas avaliados fazem pelo menos três refeições por dia e os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, têm contribuído na melhoria nutricional dessa população. Na região, a participação no programa do Governo Federal reduziu em 30% o risco de desnutrição infantil.

Em relação às cisternas, outra pesquisa registrou a redução do tempo em busca de água e no índice de diarreia entre os moradores. Antes do programa, 26,4% das famílias gastavam mais de duas horas diárias com o transporte de água, percentual que caiu para 3%. A taxa de moradores com problemas intestinais reduziu de 22% para 0,58%. A percepção da família quanto à qualidade da água também mudou. Antes de ter a cisterna, 22% dos moradores a classificavam como boa. Agora, são 96% que têm a mesma opinião.

MDS recebe propostas para projetos de Educação Alimentar em territórios de Consad – Sítio Eletrônico do MDS – 27/06/2007

Termina no dia **27 de julho** o prazo para envio de propostas que visam a obtenção de apoio financeiro para projetos em educação alimentar e nutricional, a serem desenvolvidos em territórios onde localizam-se os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consads). O edital foi publicado no Diário Oficial da União desta quarta-feira (27/06) e a divulgação dos resultados ocorrerá no dia 21 de agosto. Para essa seleção pública, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) vai destinar R\$ 1 milhão em 2007.

Podem participar entidades privadas sem fins lucrativos, em parceria com Estados ou Municípios, representativas dos conjuntos de Municípios pertencentes aos Consads. Os projetos encaminhados devem ter como principal característica a capacitação de agentes sociais como multiplicadores em Segurança Alimentar e Nutricional; a geração de renda; e a promoção e educação alimentar e nutricional em comunidades tradicionais.

Entre os critérios fundamentais à classificação estão: área de localização de região atingida com o projeto (Semi-Árido, região metropolitana e outros); porcentagem de insegurança alimentar e nutricional da população da Unidade da Federação (segundo Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar – PNAD, 2004); média de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM); existência de aquisição de produtos da agricultura familiar e dos assentados da reforma agrária na região envolvida no projeto; existência de Hortas e Cozinhas Comunitárias e/ou Restaurantes Populares, entre outros.

Os interessados poderão encaminhar os projetos eletronicamente e por meio de postagem de cópia impressa, seguindo orientação do edital disponível no sítio eletrônico do Ministério www.mds.gov.br. Ali também poderá ser encontrado o Formulário de Apresentação de Projetos (FAP).

Integração solidária – Atualmente, em todo o País, o MDS apóia 40 Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local, que representam 576 Municípios nas regiões Norte (68), Nordeste (158), Centro-Oeste (44), Sudeste (153) e Sul (153), onde residem mais de 11 milhões de pessoas de 26 Estados. Organizadas territorialmente a partir de semelhanças econômicas, ambientais, históricas e sociais, as cidades buscam o progresso conjunto com a articulação e estímulo de iniciativas que valorizem suas potencialidades e garantam que a riqueza produzida seja revertida em benefício das próprias populações.

Plano para a agricultura familiar terá mais crédito e juros menores - Mauro Zanatta 27/06/2007

Cercado de todas as facilidades para evitar impactos sobre a renda do produtor, o novo plano de ações do governo para apoiar a agricultura familiar no ano-safra 2007/08 será lançado hoje com uma redução média de 34% nos juros das principais linhas de financiamento. O piso das taxas cairá de 1,15% para 0,5% ao ano. E o teto, de 7,25% para 5,5%. Com a política de descontos adotada pelo governo para a quitação dos débitos em dia, a queda dos juros será ainda mais significativa, sobretudo para assentados da reforma agrária (grupo A), cuja taxa anual cairá até 0,27%, e para produtores com renda bruta anual máxima de R\$ 4 mil (grupo B), que pagariam um juro de 0,75%. "É o maior e mais completo plano de safra para a agricultura familiar. Tem crédito, assistência técnica, seguro rural e incentivo à agroindústria", comemora o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. "O Pronaf talvez seja o melhor sistema do mundo". No total, o Programa

Nacional da Agricultura Familiar atende a 2,2 milhões de famílias. O volume de recursos a juros subsidiados pelo Tesouro Nacional somará R\$ 12 bilhões, ou 20% acima dos R\$ 10 bilhões da atual safra 2006/07, que termina oficialmente no próximo sábado. A elevação foi favorecida pelo aumento dos depósitos à vista nos bancos, o que garantirá mais recursos baratos ao Pronaf - 8% das chamadas exigibilidades bancárias são de obrigatória aplicação no segmento.

A dimensão do Pronaf também começa a mudar com o novo plano do governo ao incluir crédito adicional para a diversificação das propriedades, a indução de práticas sustentáveis e de uso da informática e à geração de alternativas energéticas. O porte dos produtores está crescendo. Por isso, aumentam os limites individuais de crédito de custeio. O intervalo passa de R\$ 3 mil a R\$ 8 mil para R\$ 3,5 mil a R\$ 10 mil. As alterações no programa também incluem a criação do Pronaf Diversificação, que dará crédito adicional de 30% sobre o limite individual para incentivar o plantio de novas culturas nas áreas. O Pronaf Eco dará sustentação a projetos de utilização de energias renováveis (eólica, solar, biodigestores e biodiesel) nas propriedades e ao tratamento de dejetos de suínos, construção de reservatórios de água e introdução da silvicultura. Haverá, ainda, a linha Pronaf Informática

O novo Plano de Safra também ampliará a lista de produtos garantidos pelo seguro de preços, que banca a diferença entre cotações de mercado e um determinado piso. Produtos regionais ganham maior participação e cada família terá bônus anual de R\$ 3,5 mil sobre o saldo devedor do crédito do Pronaf. O instrumento passará a cobrir arroz, feijão, milho, soja, mandioca, leite, tomate, café e castanha. No seguro de crédito, as culturas com sistema de zoneamento agrícola passaram de oito para 23. "Até 2010, serão 36 culturas", afirma o secretário de Agricultura Familiar, Adoniram Peraci. A garantia passa de 76% para 86% dos contratos de custeio.

Outra novidade recente, o foco na assistência técnica e na extensão rural será reforçado por um orçamento de R\$ 167 milhões - em 2003, eram R\$ 2,3 milhões. O plano estabelecerá, ainda, um orçamento de R\$ 400 milhões para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), operado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). "Em resumo, teremos mais crédito barato, com maior qualidade, renda e diversificação da produção", afirma Peraci.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



NEAD

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

